

Baixa renda é a mais afetada por endividamento recorde

Conjuntura Famílias com salários mais variáveis têm situação ainda mais preocupante, aponta FGV Ibre

Baixa renda está superendividada em crédito mais caro

Anaís Fernandes
De São Paulo

A combinação das necessidades impostas pela pandemia, dos estímulos fiscais e monetários oferecidos inicialmente pelo governo para enfrentar a crise sanitária e do posterior aumento dos juros fragilizou a situação dos lares brasileiros junto ao sistema financeiro, mas expôs ainda mais as famílias de baixa renda, apontam pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

Esse será um grande desafio para o novo governo, segundo eles. À frente, dizem, a perspectiva de arrefecimento da atividade e do emprego tende a levar a um comprometimento ainda maior da renda das famílias com dívidas, que já bateu recordes, e a uma alta mais persistente da inadimplência.

Os pesquisadores realizaram uma radiografia detalhada, antecipada ao Valor, dessa onda de endividamento das famílias, a partir de dados do Banco Central. Na Carta do FGV Ibre deste mês, Luiz Guilherme Schymura, diretor do instituto, destaca que os pesquisadores observaram famílias mais pobres se superendividando nas modalidades mais caras de crédito, o que levou a uma disparada da inadimplência bem mais concentrada nas faixas de renda mais baixas.

Dos quase R\$ 3 trilhões da carteira de crédito à pessoa física em julho de 2022 — último dado do Sistema Central de Riscos (SCR) do BC —, a alta renda concentra quase metade (49%), enquanto 19% estavam na baixa renda. Apesar disso, os mais pobres respondiam por 37% do volume da carteira inadimplente, e a alta renda, por 24%.

A inadimplência como um todo tem subido, mas a alta foi maior na baixa renda, que recorre mais a produtos de crédito sem garantias e, portanto, com custos maiores. A

taxa de inadimplência do grupo atingiu, em julho, 10%, 13% e 13%, respectivamente, nas linhas de empréstimo pessoal, cartão de crédito e "outros", que inclui cheque especial. Para a alta renda, as taxas foram de 3%, 3% e 4%, pela ordem.

"São níveis de inadimplência [da baixa renda] muito elevados", afirma Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do FGV Ibre e uma das responsáveis pela análise.

Os pesquisadores avaliaram dados do SCR, uma base com informações remetidas mensalmente por instituições financeiras ao Banco Central quando operações de crédito superam R\$ 200. Foram considerados como de baixa renda os tomadores de crédito na faixa que vai dos sem rendimento até os que ganham dois salários mínimos. A alta renda engloba quem ganha cinco salários mínimos ou mais.

A partir do SCR, os pesquisadores perceberam que, desde a pandemia, os produtos sem garantia cresceram mais fortemente que os garantidos (crédito consignado, imobiliário, para veículos e agrícola). Tomando como base janeiro de 2020, as linhas garantidas cresceram em volume, até julho de 2022, 40%, enquanto as sem garantia tiveram expansão de 64,5%.

Esse fenômeno também foi mais acentuado entre a população de baixa renda. Neste grupo, o aumento do volume de crédito sem garantia no período foi de 73%, e o com garantia, de apenas 17% — a quebra na série (ver gráfico) deve-se, provavelmente, a uma reclassificação do crédito imobiliário. Já na alta renda, o crescimento foi próximo: 49% no sem garantia e 40% no garantido.

Em relação às linhas, entre janeiro de 2020 (antes da covid-19) e julho de 2022, no segmento da baixa renda, houve aumento de 68,5% no endividamento em cartão de crédito e de 131% no em-

préstimo pessoal sem garantias — as duas linhas mais caras disponíveis no país. É um panorama distinto do observado na alta renda, para quem o crescimento da dívida no mesmo período nas modalidades de cartão de crédito e empréstimo pessoal sem garantias foi de, respectivamente, 56% e 62%.

Mesmo entre a baixa renda, a situação também é heterogênea. Perfis com renda mais volátil — microempreendedores individuais (MEIs), autônomos e empresários — contraíram empréstimos mais concentrados nos produtos sem garantia e apresentam maior inadimplência. A carteira referente a esse grupo tem 37% do volume em produtos sem garantia, contra 26% para aqueles de baixa volatilidade de renda (funcionários da iniciativa privada, servidores públicos e aposentados). A taxa geral de inadimplência do grupo de alta volatilidade é de 7%, com 13% nos produtos sem garantia. No grupo de baixa volatilidade de renda, a taxa de inadimplência é de 4%, com 9% para produtos sem garantia.

"Quando olhamos o recorte por modalidade e acesso ao mercado de trabalho, vemos que a situação pode ser ainda mais preocupante. Isso mostra que esse é um tema de primeira ordem", diz Matos.

Boa parte do crescimento explosivo da dívida dos brasileiros tem raízes na pandemia. As quarentenas e o fechamento dos serviços — medidas necessárias para conter a disseminação do vírus — tiveram impacto enorme no orçamento das famílias, especialmente as de baixa renda, aponta José Júlio Sena, coordenador do Centro de Política Monetária do FGV Ibre. O auxílio emergencial chegou a mais do que compensar a perda de renda do salário dessas famílias por um tempo, mas de maneira descontínua, gerando insegurança e momentos de privação.

Ao mesmo tempo, as condições

Fragilidade

Situação de crédito das famílias é delicada no geral, mas pior para os mais pobres



Fonte: Elaboração FGV Ibre, a partir de dados do Banco Central. *Rotativo: cheque especial, cartão de crédito rotativo e cartão de crédito compra à vista. **Baixa renda: sem rendimento até dois salários mínimos. Alta renda: cinco salários mínimos ou mais. Não garantido: cartão, empréstimo pessoal e outros. Garantido: crédito consignado, para veículos, imobiliário e agrícola.

de crédito ficaram mais favoráveis, por causa do nível de juros excepcionalmente baixo, aponta Matos. A recessão produzida pelo fechamento das economias levou os governos a promover enormes impulsos fiscais e monetários. No Brasil, a taxa básica de juros (Selic), hoje em 13,75%, foi a 2%. Além disso, no início da pandemia, as famílias ainda tinham espaço para aumentar seu endividamento.

A percepção inicial de que o impacto da covid era desinflacionário, porém, revelou-se correta apenas no curto prazo, observa a carta do FGV Ibre, e bancos centrais reagiram elevando os juros.

Todos esses elementos levaram a uma expansão contínua do endividamento das famílias. A relação entre o saldo das dívidas das famílias no mês e a renda disponível fechou agosto (último

dado das notas de crédito BC) em 52,9%, próximo do recorde da série, de 53,1% em julho deste ano. Desde fevereiro de 2020 (pré-covid), o aumento foi de 11 pontos percentuais. O comprometimento da renda — relação entre o valor estimado de gastos com o serviço da dívida e a renda — também aumentou 5,7 pontos no período, atingindo 29,4% em agosto, novo recorde.

Nesse contexto, linhas emergenciais têm se destacado. Em fevereiro de 2020, 74% das concessões de crédito eram de "operações rotativas" (cheque especial, cartão de crédito rotativo e cartão de crédito compra à vista) e 26% de não rotativas. Em setembro deste ano, as operações rotativas tinham crescido para 80% do total. Em 12 meses, concessões rotativas avançaram em tomo de 20%.

Com aumento dos juros e piora da qualidade do crédito, as famílias perdem capacidade de rolar (postergar) suas dívidas, elevando a taxa de inadimplência e gerando um encarecimento do crédito à frente, alertam os pesquisadores. A inadimplência total da carteira de crédito livre saiu da mínima histórica de 4% em março de 2021 para 5,7% em setembro de 2022.

"Quando olhamos essas condições, a subida dos juros, o aumento da inadimplência, uma concessão de crédito na ponta mais cara e com menor qualidade, sem garantias, é algo que nos preocupa bastante", afirma Matos. Os pesquisadores do FGV Ibre reforçam que já é possível observar uma piora significativa das condições do mercado de crédito, sobretudo uma queda nas concessões de linhas não emergenciais.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Especial Pagina: 16